

ABRIL, 2007

Nova direção. Velhos problemas.

Eugênio Bucci deixa presidência da Radiobrás

A substituição de Eugênio Bucci na presidência da Radiobrás pelo seu diretor de jornalismo, José Roberto Garcez, aponta que mudanças não ocorrerão. O próprio Bucci afirmou que em relação ao conteúdo da programação não haverá mudança. “O Garcez é também autor do projeto de comunicação atual da empresa. Significa que posso sair sem que haja interrupção na forma de administrá-la”. Essa frase por si só já dá o tom da afinidade entre eles. Apesar de terem afirmado, em nota aos trabalhadores, que não desejavam se fazer permanentes na empresa, os atuais diretores estão eufóricos com a continuidade. Dilettantismo puro!

Na cerimônia de posse do novo presidente da Radiobrás, o também novo secretário de Comunicação do governo Lula, Franklin Martins,

afirmou que a perspectiva é de continuidade. Mas “haverá muito trabalho sob novas circunstâncias”, disse ele, referindo-se à proposta do presidente Lula incrementar uma rede pública de televisão e posteriormente de rádio. Isso quer dizer que Radiobrás e TVE serão integradas para consolidar a futura TV pública. Se unidas, a nova estrutura terá um orçamento de cerca de R\$ 200 milhões por ano e mais de 2 mil funcionários

Para o novo presidente da Radiobrás, a unificação é bem-vinda. “Mas isso nos obrigará a mudar, e estamos prontos para isso”, disse ele em seu discurso de posse. Segundo Garcez, a Radiobrás está no centro de um projeto de política pública de comunicação.

Esperamos que a herança possa ser lapidada e que o diálogo seja estabelecido para que velhos problemas sejam solucionados e um canal de negociação

seja viabilizado para as reivindicações, como a da melhoria nos salários iniciais da empresa. A Radiobrás paga salários bem abaixo dos praticados por outras estatais.

As demissões ocorridas até o ano passado e as pressões praticadas pelas chefias deixaram um ambiente de suspense entre os trabalhadores. O que, evidentemente, cria insegurança, podendo, até mesmo, afetar a qualidade dos serviços. Mas o mais grave é que essa tensão gerou um sentimento de medo, que está impedindo muitos trabalhadores assinarem a documentação necessária para a execução de causa relativa à insalubridade já ganha na Justiça pelo Sindicato dos Radialistas.

Alertamos aos trabalhadores que unidos podemos fazer valer os nossos direitos, Não devemos temer a arrogância e muito menos o desrespeito às nossas conquistas trabalhistas!

FORA DA LEI

O Sindicato dos Radialistas recebeu denúncia de que a TV Senado tem burlado a lei, no que diz respeito à efetivação de estagiários na área de radialismo.

Pessoas interessadas/indicadas a fazerem estágio são autorizadas, pela chefia, e começam o treinamento, sem nenhum embasamento legal.

Lembramos que estágio é regulamentado por lei, e como o Senado é uma casa legisladora deveria ser a primeira a cumpri-las.

Pior é que algumas chefias emitem documentos declarando o estagiário, cometendo, assim, outra falha.

Estaremos apurando as denúncias.

DEMOCRATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

Entidades levam reivindicações ao Ministério

Oito entidades da sociedade civil que lutam pela defesa da democratização das comunicações apresentaram, no último dia 24 de abril, ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, um conjunto de reivindicações que objetivam discussão de políticas públicas para o setor. Cinco temas foram apresentados:

- **Regulação das comunicações** - necessidade de realizar um debate público sobre o assunto a partir das questões relativas à convergência das comunicações e a possibilidade de convocar uma Conferência Nacional de Comunicações com a participação democrática da sociedade civil;

- **Concessões de radiodifusão** - participação da sociedade no processo de renovação das outorgas, bem como o respeito aos dispositivos constitucionais relativos ao tema;

- **Políticas para o Rádio** - criação de um sistema brasileiro de rádio digital nos mesmos moldes que foi feita a criação do SBTVD, incluindo a disponibilização de recursos para pesquisa de um padrão tecnológico brasileiro e a formulação de um modelo de referência sobre a cadeia produtiva e exploração do serviço no país;

- **Televisão pública** - compromisso com os resultados e os encaminhamentos do

Fórum de TVs Públicas e reserva de pelo menos 10 canais digitais a serem ocupados por entidades do campo público no processo de transição analógico-digital;

- **Inclusão digital** - ampliação dos programas de conectividade com utilização dos recursos do Fust e a criação de um Comitê Gestor com participação da sociedade para gerir o Plano Nacional de Universalização da Banda Larga. Além disso, as entidades pedem o compromisso com o software livre e com o conceito de inclusão digital que vai além de equipamentos incluindo treinamento e capacitação.

TV Brasília

Irregularidades continuam.

Pág. 3

NÃO À EMENDA 3

Movimento social se mobiliza em apoio à manutenção do veto presidencial. Pág. 4

FÓRUM DE TVs PÚBLICAS

Plenárias marcadas para os dias 8 e 11 de maio.

Pág. 4

RADIODIFUSÃO

DEPUTADOS VOTAM PELA RENOVAÇÃO DE SUAS PRÓPRIAS OUTORGAS

Uma pesquisa coordenada pelo professor Venício Lima revelou que em 2003 e 2004 pelo menos dois deputados membros da Comissão de Comunicações da Câmara votaram nas sessões em que foram apreciadas a renovação de suas outorgas de radiodifusão.

De acordo com Lima, a pesquisa cruzou dados do cadastro de cotistas de emissoras de rádio e televisão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações (atualizado em março de 2005) com as listas de membros titulares da Comissão de Comunicações. Dos 51 deputados membros da Comissão em 2003, dezesseis, inclusive o presidente, tinham cotas em 37 concessionárias (31 de rádio e seis de televisão). Em 2004, 15 deputados membros da Comissão tinham interesses acionários em 29 concessionárias (26 de rádio e três de televisão).

Os pesquisadores envolvidos no levantamento acompanharam, nesses dois anos, a tramitação de 183 propostas desde que elas entraram na Comissão até a publicação do Decreto Legislativo pelo Senado. Ao fazer o cruzamento

das listas de presença e votação das sessões daqueles dois anos em que houve votação para renovação de outorgas, verificaram que quinze concessionários participaram destas votações em 2003 e sete deles em 2004. Finalmente, dois parlamentares votaram nas sessões em que foram apreciados os processos de suas próprias outorgas.

O professor Venício Lima destacou as proibições legais estabelecidas no Código Brasileiro de Telecomunicações e no Decreto de Serviços de Radiodifusão em relação à participação como dirigentes ou gerentes de pessoas que sejam detentoras de cargos eletivos. A Constituição Federal, em seu artigo 54, também proíbe parlamentares de manter cargos ou funções ou empregos remunerados em empresas concessionárias de serviços públicos.

A pesquisa teve por objetivo subsidiar uma ação que já está em andamento no Ministério Público Federal que pede a impugnação das votações nas quais participaram os parlamentares detentores de outorgas.

Mudança na lei - O procurador da República no Distrito Federal, Rômulo Moreira Conrado, sugeriu aos deputados

da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados a necessidade de revogação do parágrafo 4º do artigo 223 da Constituição Federal para permitir que a administração pública retome a possibilidade concreta de cancelar uma concessão em situações em que estas apresentem irregularidades.

O procurador considera a mudança fundamental, pois considera o dispositivo foi introduzido na Constituição por pressão dos radiodifusores. Para ele, exigir uma decisão judicial prévia (como está na Constituição) para que a administração pública possa manter o controle e a ordem nos serviços públicos por ela administrados é uma situação inaceitável. Segundo ele, “deveria ser como em qualquer outra área quando há irregularidades, o administrador dá direito de defesa administrativa ao concessionário, e se mesmo assim ficar convencido de que deve suspender ou até mesmo cassar a concessão, o administrador age e o concessionário vai brigar na Justiça. Mas sempre depois”.

Fonte: TELA VIVA News

SAÚDE EM PAUTA

EXERCÍCIO E CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL

O coração bombeia o sangue para os demais órgãos do corpo através das artérias. Quando o sangue é bombeado, ele é “empurrado” contra a parede dos vasos sanguíneos. Esta tensão gerada na parede das artérias é denominada pressão arterial

Grandes são os benefícios da atividade física no controle da pressão arterial. Durante o exercício ocorre uma dilatação da parede das artérias e a pressão diminui. Com isto há uma melhora na oxigenação do organismo, facilitando a circulação, diminuindo o esforço coronário com a queda também da frequência cardíaca.

Com a atividade física regular ocorre a diminuição da frequência cardíaca de repouso, débito cardíaco no repouso, resistência periférica e volume plasmático; aumento da densidade capilar, diminuição da gordura corporal, do estresse, da ansiedade e de outros fatores que colaboram para uma hipertensão arterial.

Sintomas como dor de cabeça, náuseas, vômito, tontura, cansaço, palpitações e sudorese podem indicar uma hipertensão arterial. A hipertensão arterial ou “pressão alta” é a elevação da pressão arterial para números acima dos valores considerados normais (140/90mmHg). Esta elevação anormal pode causar lesões em diferentes órgãos do corpo humano, tais como cérebro, coração, rins e olhos.

A pressão arterial varia durante o dia dependendo da sua atividade. Ela aumenta quando você se exercita e diminui quando você está relaxado ou quando dorme. A hipertensão arterial sistêmica representa uma das maiores causas de morbidade cardiovascular no Brasil.

“Grandes são os benefícios da atividade física no controle da pressão arterial”

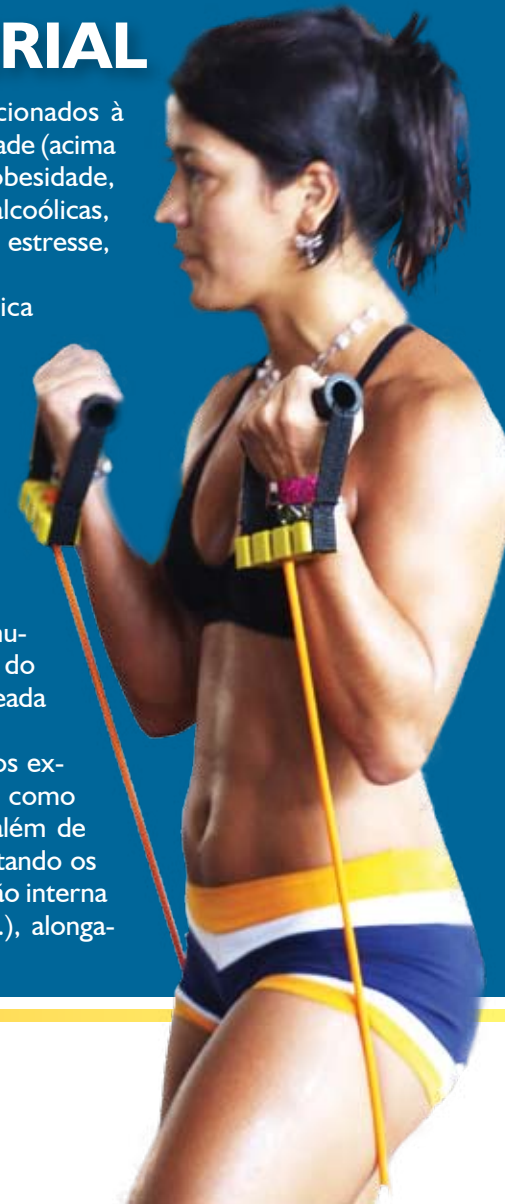
Fonte: cyberdiet.com.br

Alguns fatores podem estar relacionados à hipertensão arterial como: genética, idade (acima de 35 anos), raça, ingestão de sal, obesidade, diabetes, uso excessivo de bebidas alcoólicas, vida sedentária, consumo de cigarro, estresse, entre outros.

Os professores de Educação Física precisam conhecer os níveis pressóricos, suas oscilações e suas implicações em cada aluno. Desta forma eles podem ajudar a detectar possíveis problemas, além de facilitar a prescrição e o controle de exercícios para cada aluno. O professor deve estar sempre em contato com o médico que acompanha o aluno.

Caso haja o problema, é essencial mudar o estilo de vida, fazer um controle do peso corporal, fazer uma dieta balanceada e exercícios físicos regularmente.

Os exercícios mais indicados são os exercícios aeróbios leves e moderados como caminhada, bicicleta, hidroginástica, além de Yoga, exercícios com pesos leves (evitando os que promovem um aumento da pressão interna como o leg press, agachamentos etc.), alongamentos entre outros.



EXPEDIENTE

Órgão Informativo do Sindicato dos Radialistas no Distrito Federal
SCS - Ed. Arnaldo Villares, salas 518-521
Fones/Fax: 3226-8751/3322-5145
www.radialistasdf.com.br

Jornalista Responsável:
Maria Inês Ulhoa
Colaborou com esta edição a diretoria do Sindicato.
Editoração Eletrônica, Fitolitos e Impressão:
Rainbow - Soluções Gráficas - (61) 3341-3613

FIQUE LIGADO

REDE AMAZÔNICA

Estreante no nosso jornal, e esperamos sua permanência seja breve, a Rede Amazônica está, a exemplo de outras emissoras, desrespeitando os direitos dos trabalhadores, que não recebem hora extra, e nem têm direito a folgas, função e salários desviados e acúmulos de funções. Além disso, o salário está inferior ao estipulado na CCT. Para resolver a situação, contamos com a sensibilidade da direção da empresa. Caso contrário, iremos solicitar fiscalização do Ministério do Trabalho.

TV BRASÍLIA

A TV Brasília não sai de nosso noticiário. E sempre por irregularidades. O vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octávio, dono da emissora, só quer aparecer "bem" na telinha. Mas resolver os problemas... nada!! Pois é, só para lembrar: os vales-refeição são entregues sempre com irregularidades, enquanto algumas equipes recebem, outras não são contempladas. Com isso, já se somam sete meses de atraso. A entrega do vale-transporte sofre do mesmo mal. Sempre atrasados. E pior: as equipes escaladas para trabalhar em sábados, domingos e feriados não recebem o benefício. Ainda tem mais: Apesar de estar prevista legalmente na convenção coletiva, a escala de folga não está sendo cumprida de maneira correta. Os trabalhadores ficam sabendo da escalção somente em cima da hora. Mas ainda não acabaram as irregularidades. Alguns trabalhadores, como os jornalistas, estão fazendo jornada de até dez horas de trabalho. E aí, vice-governador? Estamos esperando solução rápida.

TV BANDEIRANTES

Trabalhadores da TV Bandeirantes vivem atormentados. Isso porque alteram ora alegria, ora tristeza. Ficam contentes porque a empresa está crescendo e anunciando grandes investimentos "patrimoniais", como construção, compra de novos equipamentos, instalação e contratações para a rádio em Brasília. Quanto à tristeza, esta fica por conta dos constantes desrespeitos aos trabalhadores, como acúmulo de funções, remuneração ruim, sem assistência profissional, além de enorme pressão psicológica por parte das chefias. O que se verifica é que o crescimento patrimonial esconde a incompetência de algumas chefias e mascara a falta de melhores condições de trabalho e os salários que estão abaixo dos praticados no mercado. Mas como a esperança não pode morrer, parece que surgiu alguém interessado em resolver essas questões. Essa possibilidade vem por meio da iniciativa do novo gerente de Operações, que demonstrou sensibilidade e já está analisando a situação. Caso essa iniciativa não resulte em solução dos problemas, o Sindicato buscará uma mesa de negociação no Ministério Público do Trabalho, pois os trabalhadores não suportam mais tantos desrespeitos.

TV CULTURA

Até hoje, a TV Cultura não apresentou solução para a quitação do passivo dos radialistas que prestam serviços no TSE/PGR/STJ. É inadmissível que a empresa não pague os direitos de seus trabalhadores. O Sindicato já encaminhou ofício ao órgãos públicos e à TV Cultura reforçando o pedido de pagamento. Estamos aguardando.

RADIOBRÁS

O Sindicato encaminhará à Presidência da Radiobrás solicitação de negociação com vistas à melhoria do salário inicial da empresa. Uma empresa da amplitude da Radiobrás não pode oferecer salários iniciais tão ruins. Assim fica difícil uma boa qualificação de seus quadros iniciais. O Sindicato chama os trabalhadores, sejam eles melhor ou pior remunerados, para juntos lutar por essa melhoria salarial que sabidamente vai trazer benefícios à empresa.

TV CÂMARA

Tanto a empresa Capital quanto a direção da TV Câmara não dão explicações aos trabalhadores de quando vai incorporar aos salários o reajuste de 7,2% do dissídio de 2001 concedido à categoria por meio de ação do Sindicato e transitado e julgado pelo TST. As poucas informações que se tem foram obtidas na reunião do Sindicato com a Câmara, em 23 de janeiro, quando fomos informados de que não havia nenhum pedido por parte da empresa Capital. A Câmara entrou em contato com a direção da empresa, que preparou os cálculos e deu entrada no pedido. O Sindicato está solicitando audiência com o senhor Sérgio Sampaio para que o impasse seja solucionado e os direitos dos trabalhadores preservado.

TORNEIO RELÂMPAGO

Será realizado no próximo dia 5 de maio, no clube da Radiobrás, o 2º Torneio Mata-Mata masculino, promovido pelo Sindicato dos Radialistas. Monte sua equipe. Faça deste torneio-relâmpago a preparação de sua equipe para o próximo campeonato de futebol, que será anunciado em breve.

REDE TV

A Rede TV! (que nome!) é a emissora que mais sofre ações judiciais trabalhistas. Levantamento da Justiça do Trabalho em junho do ano passado registrou que a empresa tinha na época 2.275 ações em primeira e segunda instâncias – isso apenas no Estado de São Paulo. (FSP)

Brasil reduz a desigualdade de renda

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que houve uma significativa redução da desigualdade de renda no Brasil entre os anos de 2001 e 2005. Conforme a pesquisa, o coeficiente Gini (utilizado para se medir a concentração de renda em um país) caiu 4,6%. No período, o Ipea aponta como principais fatores para essa queda uma melhor distribuição de renda no trabalho e a evolução da renda não proveniente do trabalho, como as transferências governamentais (caso do Bolsa-Família).

Segundo o estudo, o índice Gini passou de 0,593, em 2001, para 0,566, em 2005 comprovando que o ritmo de crescimento da renda da população mais pobre foi superior ao da parcela mais rica do país. Na análise feita pelo Ipea houve um incremento anual de 0,9% da renda per capita nacional, no qual o crescimento dos 10% mais pobres foi de 8% ao ano. Enquanto que a renda dos 10% mais ricos caiu 0,3%.

Segundo o Ipea, o período avaliado foi marcado por duas transformações importantes na distribuição de renda brasileira: houve crescimento da economia e a desigualdade caiu de maneira acentuada. Além disso, esses números mostram que houve redução de 4,5 pontos percentuais da população de pobres e de 4,2 dos extremamente pobres.

Dentre os fatores responsáveis pela queda na desigualdade de renda brasileira no período estudado estão as mudanças na distribuição de renda no trabalho que explicam 46% dessa redução; e a evolução da renda não proveniente do trabalho com contribuição de 42% para se atingir esses resultados. Este último fator consiste, por exemplo, nas transferências governamentais, como o Bolsa-Família, o pagamento de benefícios do INSS e os repasses do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O Bolsa-Família, o maior dos programas de transferência de renda do governo federal, beneficia 11,1 milhões de famílias em todos os municípios do Brasil.

CONVÊNIOS

CURSOS E FACULDADES

UNIEURO – Descontos de 25% em todos os cursos. Para obter o desconto, o associado deve apresentar a carteira e uma declaração emitidas pelo Sindicato dos Radialistas. O desconto pode ser concedido também aos dependentes com matrículas previstas.

UNICESP – Desconto de 43% nos cursos matutinos e 30% nos cursos noturnos e de 40% nos cursos de pós-graduação. É necessária a apresentação da carteira e declaração emitidas pelo Sindicato.

UNIPLAN – Descontos de 30%

UNIP - Descontos de 30%, incluindo dependentes, mediante carta de apresentação do Sindicato. Telefone – 3345-9188

FACULDADE JK – Descontos de 20% para associados e dependentes. Telefone – 3352-3626.

COLÉGIO JK – Unidades de Taguatinga, Guará e Valparaíso. Educação infantil ao ensino médio. Descontos de 20% mais abono de pontualidade de 10% sobre o valor da mensalidade.

FACULDADE PROJEÇÃO – Desconto de 42% no curso de Comunicação Social; 35% no curso de Direito; 20% no curso de Geografia; 20% no curso de Contabilidade e Administração. Descontos também concedidos aos dependentes. É preciso apresentar declaração emitida pelo Sindicato.

CENTRO EDUCACIONAL PROJEÇÃO – Unidade da Asa Norte: descontos de 20% nos cursos de educação infantil (maternal e jardim) e ensino fundamental (1ª. a 8ª. Série). Unidades do Guará e Taguatinga: descontos de 16% nos cursos de ensino fundamental e ensino médio.

WIZARD CURSO DE INGLÊS – Descontos de 20% nas mensalidades com a apresentação da carteira de radialista.

FARMÁCIAS

DROGARIA ROSÁRIO – Descontos de 20% nas compras de genéricos; 8% em medicamentos éticos e em perfumaria, mediante a apresentação da carteira de associado do Sindicato.

DROGA FUGI - Descontos de 20% nos medicamentos genéricos; 8% nos medicamentos éticos e perfumaria e 5% nas compras de fraldas e leite, mediante a apresentação de carteira de associado do Sindicato. A Droga Fugi oferece também o FugiCard, com as seguintes vantagens: 45 dias para pagar sem juros; medicamentos genéricos a preço de fábrica; três medicamentos de uso contínuo (ético ou não) de sua escolha, a preço de fábrica (Telefone – 39017353).

A FÓRMULA – Farmácia de Manipulação. SHC norte, Bl. E, lojas 1-4, Telefone – 3447-4004. Descontos de 10% em qualquer medicamento.

LABORATÓRIO SABIN – Descontos de 40% nos exames com pagamento à vista. Apresentação da carteira de associado do Sindicato, extensivo aos dependentes.

CLÍNICA MÁXIMA (fisioterapia, RPG, acupuntura e reabilitação) – Preços de convênio tabela AMB-92. Apresentação de pedido médico e carteira de associado do Sindicato. Atendimento também em domicílio (Telefone – 3352-1515).

Dr. NEILLOR ROLLIN (psiquiatra) – Consulta a R\$ 50,00 para associados ao Sindicato, mediante a apresentação da carteira atualizada. Tabela AMB-92. Conjunto Nacional, sala 615 (Telefone 3326-3775).

CARLA CLÍNICA MÉDICA – Possui um corpo clínico com 23 médicos em diversas especialidades (fonoaudiologia, psicologia, neurologia, oftalmologia, ortopedia, clínica médica, alergologia, pediatria, cardiologia, coloproctologia, ginecologia, dermatologia, entre outras). Preço de Convênio tabela AMB-92. Taguatinga Sul – QSA 02 – lotes 2-3 – Ed. Marra Medical Center. Telefone- 3352-1515).

ROBRAS - RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA – Descontos de 23% sobre os preços praticados nos consultórios. Conjunto Nacional, sala 6009. Telefone – 3326-7038. / QNA 17, lote 13, sala 103, Taguatinga Norte, Telefone – 3526-8884.

TERAPEUTA – VERA LÚCIA A. ROSA (CRT 39851). Terapia alternativa e autoconhecimento. Descontos de 30% nos pagamentos à vista. SGAN 912 - Módulo C, Ed. Maser Palace. Telefone – 9213-0145.

ÓTICAS ANDREY BRANDS – Descontos de 30%. SCS 305, bl. B. loja 21. Telefone – 3443-9817.

HOTEL FAZENDA MESTRE D'ARMAS – Descontos de 20% na baixa temporada e 10% na alta temporada. Telefone- 3633-1234.



NÃO À EMENDA 3

Em atos convocados pelas centrais sindicais, centenas de milhares de trabalhadores de todo o país mobilizaram-se no último dia 23 de abril em apoio à manutenção do veto presidencial à emenda 3. Trabalhadores foram às ruas para dizer não à emenda 3, que tenta acabar com os direitos trabalhistas como 13º salário, férias remuneradas, licenças maternidade e paternidade, FGTS, vale-transporte, vale-refeição, assistência-médica e aposentadoria.

De acordo como presidente da CUT, Artur Henrique, “a capacidade de nossa militância e das entidades filiadas à CUT em promover em pouco mais de dez dias duas grandes mobilizações nacionais, não deixa dúvida do quanto a emenda 3 é indesejada

pela classe trabalhadora. Através dessas mobilizações, estamos também furando o cerco que a imprensa tem imposto ao tema para confundir a opinião pública. Quando paralisamos e fazemos mobilizações de rua, estamos informando a população sobre o perigo representado por essa emenda criada por parlamentares. Dessa forma, ganhamos a adesão de trabalhadores, mesmo daqueles que não são sindicalizados”.



A CUT ESCLARECE

O que é a emenda 3

A emenda 3 é uma invenção de um grupo de deputados e senadores para favorecer os patrões que não gostam de pagar os direitos dos trabalhadores. Esses deputados enfiaram a emenda no projeto de lei que cria a Super Receita.

Se a emenda 3 não for destruída, uma nova lei vai impedir os fiscais do Ministério do Trabalho e da Previdência de punir empresas que praticam as seguintes fraudes contra os trabalhadores:

- não assinam a Carteira de Trabalho de seus funcionários
- obrigam esses funcionários a abrir firma e a emitir nota fiscal, como se eles fossem grandes empresas prestadores de serviço e não trabalhadores que dão expediente todo o dia e estão sujeitos a regras e disciplinas típicas de quem é contratado sem carteira

- a empresa não paga o salário se o funcionário não emitir nota fiscal

- se o trabalhador acha ruim, é dispensado.

O trabalhador que é forçado a se tornar pessoa jurídica (PJ) e a emitir nota fiscal, como se fosse uma empresa, deixa de receber 13º, férias remuneradas, FGTS, vale-transporte, vale-refeição, assistência médica e aposentadoria.

Além de ter esses direitos roubados, continuam recebendo os mesmos salários que tinham antes e são obrigados

a bancar do próprio bolso as passagens de ônibus, trem ou metrô, o almoço e até o INSS, se quiser se aposentar quando ficar mais velho.

E todo o mês precisa pagar imposto de renda, impostos para a prefeitura da cidade e ainda pagar salário para um escritório de contabilidade. Se não pagar essas taxas, fica com o nome sujo.

Isso é um roubo e já acontece em diversas empresas. Trabalhadores de

diferentes categorias já fazem isso, porque se não fizerem são demitidos.

Se a emenda 3 passar, a situação vai piorar muito mais. Os fiscais do governo, que hoje têm o poder de denunciar esses patrões e forçá-los a regularizar a situação dos trabalhadores, serão proibidos de cumprir essa missão. Aí, até quem ainda tem carteira assinada vai ser “convidado” pelo patrão a abrir firma e emitir nota fiscal.

Pela emenda 3, se alguém quiser reclamar vai ter de procurar a justiça. Se o patrão ficar sabendo, vai demitir, é claro.

Os deputados e as empresas que defendem a emenda 3 querem mesmo é acabar com a carteira de trabalho e jogar na lata do lixo todos os direitos básicos dos trabalhadores – que já não são muitos.

POR QUE A TV, O RÁDIO E OS JORNAIS NÃO NOS CONTAM ESSAS COISAS?

A resposta é simples. Nos jornais, rádios e emissoras de TV – até mesmo na Globo, que tem tanta grana – a imensa maioria dos funcionários já foram obrigados a se tornar PJ e a emitir nota fiscal todo o mês. Do motorista ao apresentador e à apresentadora do telejornal, todos já caíram nessa armadilha (só que o apresentador e a apresentadora ganham muito, aparecem na revista Caras

e escondem essas verdades de você).

Se os fiscais perderem o poder de fiscalizar as empresas, elas vão ficar livres de pesadas multas. Por isso é que estão defendendo a emenda 3. E atenção: com muitas mentiras. Os jornais dizem, por exemplo, que quem é multado é o funcionário que emite nota fiscal, o que não é verdade.

Intervozes divulga contribuição ao Fórum de TVs Públicas

O Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação lançou no último dia 9, durante a apresentação do II caderno de debates do Fórum de TVs Públicas, no Rio de Janeiro, um documento com contribuições ao debate sobre a instituição de um Sistema Público de Radiodifusão.

No documento de 25 páginas, o Intervozes apresenta uma proposta síntese da visão da organização sobre os principais obstáculos existentes hoje no país para a regulamentação do art. 223 da Constituição Federal. Trata-se de uma apresentação sobre princípios e objetivos, definição e organização, gestão, financiamento, conteúdo, direitos dos usuários e, finalmente, propostas para transição do atual modelo para um novo modelo que corresponda às definições da Constituição Federal. O documento indica uma série de políticas públicas para a efetivação desse sistema, o que implica na necessidade de mudanças no marco regulatório das comunicações.

A entidade lançou também o portal do Observatório do Direito à Comunicação no Brasil. Acesse o sítio pelo endereço: www.direitoacomunicacao.org.br.

Observatório do Direito à Comunicação

O Observatório do Direito à Comunicação tem como objetivo criar um ambiente de acompanhamento, fiscalização e reflexão sobre as políticas públicas do campo da comunicação. Com o Observatório, o Intervozes pretende reunir, organizar e oferecer às pessoas e organizações da sociedade civil envolvidas na luta pelo direito à comunicação referências concretas que potencializem sua intervenção política, no Brasil e em fóruns internacionais. Acesse e contribua www.direitoacomunicacao.org.br

Fórum de TVs Públicas

As plenárias finais para a realização do Fórum Nacional de TVs Públicas serão em Brasília, entre os dias 8 e 11 de maio, com a participação de representantes de emissoras de TV e radiodifusoras públicas e educativas, TVs universitárias, TVs comunitárias, TVs legislativas, expositores internacionais, instituições participantes dos grupos temáticos de trabalho, autoridades do Governo Federal, secretários estaduais de Cultura, organizações da sociedade civil e parlamentares

NÃO À EMENDA 3! ELA QUER ROUBAR VOCÊ